

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho
no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.**

GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precarios

**Título: A política pública de economia solidária e a promoção do trabalho decente –
dilemas de uma estratégia contraditória**

André Moulin Dardengo (andremoulindardengo@yahoo.com.br)

Economista e Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo –
UFES.

Resumo simples:

O Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente apresentado em 2009 pelo Ministério do Trabalho e Emprego visa gerar emprego e trabalho decente para reduzir a pobreza e a desigualdade social. Como uma das diversas estratégias para isso se apóia no fomento à Economia Solidária e no empreendedorismo social, estratégia que segue as diretrizes dos organismos multilaterais como a Organização Internacional do Trabalho e o Banco Mundial. Não obstante, percebe-se que muitos desses empreendimentos não minoram as relações precárias características do mercado de trabalho da contemporaneidade, ao contrário, as intensificam. Muitos empreendimentos econômicos solidários, apesar de representar uma forma de organização de trabalhadores desempregados e informais, reproduzem relações precarizadas e promovem um trabalho ‘(in)decente’.

Resumo expandido:

Atualmente milhares de trabalhadores estão desempregados ou subempregados no mundo. Muitas destes dedicam-se a atividades informais ou por conta própria que em geral possuem características precárias e insalubres e garantem uma renda insuficiente para a cobertura de suas despesas básicas de subsistência. Em estudo de 2011, denominado “*Global Employment Trends 2012: Preventing a deeper jobs crisis*”¹, há hoje, segundo a OIT, cerca de 200 milhões de desempregados no mundo. Com uma projeção de crescimento da economia mundial entre 2 e 4 pontos percentuais ao ano e 40 milhões de novos trabalhadores entrantes no mercado de trabalho todos os anos, será necessário na década em curso a geração de 600 milhões de postos de trabalho para atender a todo esses contingente demandante (OIT, 2012).

Diante dessa realidade não basta apenas gerar novos postos de trabalho. Para um verdadeiro desenvolvimento sócio-econômico deve-se primar não só pela quantidade de postos de trabalho, mas sim pela qualidade dessas ocupações. São necessários empregos de qualidade que superem as condições precárias que muitos trabalhadores são condenados a se submeter. Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) criou em 1999 o conceito de ‘trabalho decente’. Reafirmando sua missão histórica “[...] de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas [...]” (MTE, 2012, acesso 5 out. 2012), a OIT define ‘trabalho decente’ como

[...] o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: (i) o respeito aos direitos no trabalho, em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998 – liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação; (ii) a promoção do emprego produtivo e de qualidade; (iii) a extensão da proteção social; e (iv) o fortalecimento do diálogo social (OIT, 2012, acesso 5 out 2012).

¹ Tendências Mundiais do Emprego 2012: prevenir uma crise mais profunda do emprego. (tradução nossa). Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_171571.pdf.

Pactuando com as estratégias globais de combate à pobreza o Governo Federal brasileiro, por meio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), lançou em 2006 a Agenda Nacional de Emprego e Trabalho decente. Em 2007, com a implantação de um Grupo Técnico Tripartite (governo, entidades representativas dos empresários e dos trabalhadores) os trabalhos avançaram e consolidaram-se com a apresentação do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNTED) em 2009. Na mesma linha das políticas sociais dos governos petistas, o objetivo do plano é ‘gerar emprego e trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais’. Em agosto de 2012, em Brasília, ocorreu a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, onde governo, empresários e trabalhadores assumiram compromissos e apresentaram suas posições quanto ao PNTED.

Dentro do eixo trabalho e emprego do PNTED foi definida a prioridade de ‘gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades’. Como estratégia para isso definiu-se pelo direcionamento de investimentos públicos e privados e estímulos fiscais e financeiros a setores estratégicos para a geração de emprego e a promoção do desenvolvimento sustentável. Dentre esses setores estratégicos estão ‘as cooperativas e os empreendimentos de economia solidária’.

A política pública de economia solidária está sendo implementada desde 2003 quando foi instalada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Essa política tem ganhado tanta expressão que a Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) declarou 2012 o Ano Internacional das Cooperativas, com o lema ‘Empresas cooperativas constroem um mundo melhor’,² com o intuito de divulgar o seu potencial de geração de emprego e trabalho decente.

Alguns autores como Barbosa (2007) realizam uma análise crítica da política pública de Economia Solidária da SENAES. A autora pesquisa o processo de ressignificação do trabalho a partir da implementação das políticas públicas de fomento à Economia Solidária e verifica que “o trabalho cooperativo não anula a subordinação capitalista”

² A resolução A/64/136 da 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 2012 o ‘Ano Internacional das Cooperativas’. O objetivo é elevar a consciência coletiva acerca das cooperativas e da sua importância para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, como 2005 fora declarado Ano Internacional do Microcrédito, a escolha do Cooperativismo deixa evidente a característica da política do organismos multilaterais para a solução de problemas do desemprego. A solução está na organização dos trabalhadores e não na mudança de rumos da economia mundial.

(BARBOSA, 2007, p. 292), ao contrário, induz a uma fetichização do empreendedorismo. Segundo a autora, o “voluntarismo do trabalho empreendedor é uma névoa que esconde a submissão” (BARBOSA, 2007, p. 294). Assim, a política da SENAES se insere na lógica de um Estado descomprometido com uma perspectiva universalizante dos direitos sociais, deixa de lado a generalização do trabalho formal assalariado e promove a cultura do auto-emprego muitas vezes precário (BARBOSA, 2007, p. 23). No caso específico das cooperativas de trabalho, verifica-se que elas

[...] transformaram-se em um meio no qual trabalhadores que estavam à margem do mercado de trabalho passam a fazer parte dele. Reconhece-se que muitas são as dificuldades, uma delas é a de que os indivíduos valem-se da associação em cooperativas para isentarem-se das obrigações legais de garantias trabalhistas. De um instrumento que deveria sanar problemas sociais, o cooperativismo surge para baratear os custos de produção, para desviar a aplicação dos direitos trabalhistas, que funcionam como prestadoras de serviços especializados à terceiros, em alguns casos utilizando uma mão-de-obra desqualificada e ignorante (GUIMARAES; KOROSUE; OLIVEIRA, 2002, p. 15).

Objeto

Nosso objeto é a Política Pública de Economia Solidária’ como estratégia do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente para superar a pobreza e as relações precarizadas de trabalho gerando trabalho decente.

Objetivo

Identificar a partir da análise dos resultados da Política Nacional de Economia Solidária se ela promove o ‘trabalho decente’ ou reproduz relações precárias.

Metodologia

Devido às características do objeto e do tipo de investigação, o desenho metodológico mais apropriado e que orientou o seu desenvolvimento foi a pesquisa bibliográfica. Se pesquisar é um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...]” (GIL, 2009, p. 17), a pesquisa bibliográfica “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório [...]” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Uma pesquisa bibliográfica não é então uma espécie de pastiche ou simples repetição do que já foi dito, escrito e pesquisado, nem mesmo uma revisão de literatura, que é um pré-requisito para qualquer pesquisa. É um procedimento metodológico utilizado para encontrar uma resposta inovadora para um problema examinando fontes secundárias.

Resultados

A Política Pública de Economia Solidária gera ocupação principalmente para trabalhadores desempregados e informais em atividades pouco intensivas em tecnologia. Muitos empreendimentos inserem-se na lógica de terceirização onde os direitos trabalhistas não são pagos aos trabalhadores e, em muitos casos, o rendimento dessas atividades é insuficiente para a subsistência dos trabalhadores. Dada a grande desestruturação do mercado de trabalho, as cooperativas e EESs apresentam-se como a única alternativa para um grande contingente de trabalhadores, que necessitam de um meio de geração de emprego e renda para sobreviver. O que é solução para alguns não se configura em solução para todos. Na verdade, o Estado tem atuado financiando e capacitando quadros para empreenderem essas iniciativas, além de, atuar regulamentando e fiscalizando a atuação das cooperativas. Nesse particular, percebe-se um exacerbamento da lógica neoliberal de desresponsabilização do Estado e culpabilização do indivíduo pela sua má ‘sorte’ na economia de mercado. Assim, nossa principal conclusão é que a economia solidária apresenta um caráter contraditório como estratégia para a geração do trabalho decente e muitas vezes gera trabalho (in)decente.

Bibliografia principal

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Disponível em: <

<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano nacional de emprego e trabalho decente**. Brasília: MTE, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Conferência nacional de emprego e trabalho decente – texto-base**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A32DC115D0132DFCD49527F21/Texto%20Base%20I%20CNETD.pdf%20Vers%C3%A3o%20nova%20em%2007-10-2011.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **I Conferência nacional de emprego e trabalho decente – documento de subsídio**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/textosubsidio.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.

_____. **Atlas da economia solidária consolidado 2005/2007**. [base de dados online]. Brasília: TEM, SENAES, 2007a. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. **Economia Solidária, outra economia acontece**: cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/impresso3_cartilha_32pg_web.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. **Guia de orientações e procedimentos do SIES**: SIES 2009/2010. Brasília: MTE, SENAES, 2009. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_01.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, Valeska Nahas; KOROSUE, Aline; OLIVEIRA, Elaine Cristina. **Flexibilização ou precarização das condições de trabalho? O caso das cooperativas de trabalho de Santa Catarina**. Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho UFSC. 2002. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/3reg/07.doc>. Acesso em: 8 jun. 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 10, n.spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 3 de mar. 2012.

OIT. **R193 Promotion of Cooperatives Recommendation**. Genebra: OIT, 2002. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?R193>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. **O que é trabalho decente**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 5 out. 2012.

_____. **Global Employment Trends 2012: Preventing a deeper jobs crisis**. Genebra: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_171571.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.